



**Ministério da Planificação e Desenvolvimento**

**Ministério das Finanças**

# **CENÁRIO FISCAL DE MÉDIO PRAZO**

**2009-2011**

**Submetido ao Conselho de Ministros**

**Maputo, 2 de Setembro de 2008**

## Lista de Abreviaturas

AT	Autoridade Tributária de Moçambique
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MDG	Millennium Development Goals (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio)
NUIT	Número de Identificação Tributária
OE	Orçamento Geral do Estado
OP	Orçamentação por Programa
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PES	Plano Económico e Social
PQG	Programa Quinquenal do Governo
SISTAFE	Sistema da Administração Financeira do Estado
SADC	Southern African Development Community (Comunidade para Desenvolvimento da África Austral)
UGB	Unidade de Gestão Beneficiária

**ÍNDICE**

1.	Introdução	4
2.	Enquadramento Macroeconómico de Médio Prazo (2009-2011)	6
2.1.	A evolução da Conjuntura Macroeconómica Internacional	6
2.2.	Conjuntura Sócio-Política e Económica Interna	8
2.3.	Objectivos de Política Macroeconómica de Médio Prazo	8
2.3.1.	Política Orçamental	8
2.3.2.	Política Monetária e Cambial	9
3.	Principais Pressupostos Macroeconómicos	11
3.1	Produto Interno Bruto	11
3.1.1.	Desempenho Económico em 2007 e Perspectivas para 2008	11
3.1.2	Perspectivas de Crescimento Económico para o Triénio 2009-2011	12
3.2	Taxa de Inflação e de Câmbio, e Balança de Pagamentos	14
4.	Envelope de Recursos	17
4.1	Receitas do Estado	17
4.1.1	Receitas Fiscais	18
4.1.2	Receitas Não Fiscais, Próprias e Consignadas	19
4.2	Recursos Externos	20
5.	Equilíbrio Orçamental	23
6.	Afectação Estratégica de Recursos	26
6.1	Cenário base: ausência de novos desafios	26
6.1.1	Despesas de Funcionamento	27
	Despesas de Funcionamento por Território	30
	Despesas de Funcionamento por Sector	31
6.1.2	Despesas de Investimento	31
	Despesas de Investimento no âmbito Central	34
	Despesas de Investimento no âmbito Provincial	37
	Despesas de Investimento no âmbito Distrital	38
6.2	Cenário 2: inclusão de uma das opções da reforma salarial	39
6.3	Cenário 3: acomodação de parte das necessidades do Plano de Acção de Produção de Alimentos	39
6.4	Cenário 4: acomodação de parte do Plano de Produção de Alimentos e a opção da reforma salarial	42
6.4	Resumo de Despesas totais	43

## 1. Introdução

1. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação de médio prazo no qual o Governo organiza e apresenta as opções estratégicas direccionadas a materializar as grandes linhas constantes no seu Programa Quinquenal e ainda as implicações financeiras correspondentes, para um horizonte de três anos.

2. A elaboração do CFMP resulta de análise harmoniosa das propostas de operacionalização das estratégias sectoriais à luz das linhas gerais do Programa Quinquenal do Governo (PQG) e do Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II). Especificamente, o processo de elaboração do CFMP é o espaço no qual as instituições governamentais fundamentam as necessidades financeiras para alcançar as metas programadas nos seus planos estratégicos à luz do que está preconizado no PQG e PARPA II.

3. No processo de elaboração do CFMP 2009-2011, os sectores prepararam e submeteram a sua projecção de receitas ao longo do triénio e o volume de despesa para a realização das metas previstas. Decorrente da necessidade de alcançar as metas, a projecção das despesas, ultrapassava em pouco mais de 2,5 vezes o volume de recursos disponíveis. No entanto, a projecção do crescimento do envelope de recursos da componente interna é de 1,6% entre 2008 e 2009.

4. O CFMP 2009-2011 teve a particularidade de introduzir a abordagem emergente de planificação e orçamentação por programa (OP) que foi apenas implementada para as despesas de investimento, perspectivando-se a sua abrangência para as despesas de funcionamento já no próximo ciclo de planificação. Através da abordagem programática de planificação se pretende melhorar a visão sectorial que tradicionalmente até então tem sido amplamente utilizada no País, permitindo desta forma um direccionamento mais incisivo sobre os aspectos com impactos directos no melhoramento da vida dos cidadãos.

5. Um sistema orçamental deve permitir a afectação dos recursos públicos em função dos efeitos desejados e esperados, pelo que havendo mudanças nas políticas e nas estratégias de médio prazo, suscita a aplicação de mecanismos para alterar a estrutura da despesa a fim de a adequar às novas estratégias. Neste sentido, a afectação de recursos para os próximos três anos, é de forma assinalável influenciada pela crise mundial de alimentos e a subida constante e acentuada dos preços de combustíveis que se tem verificado desde o início do ano em curso. O aumento frequente e acentuado dos preços de combustíveis a nível internacional tem sido nefasta para os países não produtores de petróleo como é Moçambique, com especial enfoque no sistema de transporte público urbano e com impactos directos na vida do cidadão.

6. Para além dos efeitos da crise alimentar e do aumento dos preços de combustíveis, há também que referenciar que este triénio de planificação poderá ser pressionado pela necessidade de financiar a política monetária por forma a manter a estabilidade económica no País. A partir de 2010, os custos desta política deverão ser suportados pelos recursos internos, sendo estimada em 1,8 mil milhões de Meticais. Estas novas perspectivas vitais para a estabilidade social e económica

do País criam uma grande pressão sobre o volume de recursos para distribuir para os sectores. Nesse sentido, o espaço para cumprir outras missões previamente estabelecidas pode ficar restrito e constrangido e com implicações cruciais para a sociedade.

7. O CFMP 2009-2011 produziu os limites orçamentais a partir dos quais cada sector elaborará o seu plano de actividades para 2009 e o respectivo orçamento. Em termos globais, as despesas da componente interna é estimada em 57,0 mil milhões de Meticals em 2009, o que representa um crescimento real de 1,6% comparativamente a de 2008. A despesa de investimento crescerá em 2009 por 2,4% em relação a 2008 em termos reais, sendo neste caso de 11,2 mil milhões. No global, a componente interna da despesa corresponde a 22,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Os valores do CFMP para os dois anos seguintes (2010 e 2011) constituem um marco de orientação para cada sector e são um factor de projecção da sustentabilidade macroeconómica e orçamental a médio prazo.

8. As despesas da componente externa são estimadas em 33,5 mil milhões de Meticals em 2009, equivalendo a uma redução de 14,3% em termos reais, em relação a 2008. A componente externa representa 13,1% do PIB, em 2009.

9. Os limites orçamentais são definidos para todas as instituições do Estado desde as do nível Central até ao nível Distrital, havendo igualmente a fixação de limites de transferência às autarquias. Na fase de orçamentação os limites globais deverão ser seguidos rigorosamente, devendo a preocupação ser direccionada aos aspectos de detalhe.

10. O presente documento é composto por seis capítulos, dos quais o Primeiro é a Introdução, seguido pelo Enquadramento Macroeconómico ligado à planificação de médio prazo. O Terceiro capítulo aborda os aspectos ligados aos Pressupostos Macroeconómicos, nomeadamente o PIB, a taxa de inflação e a taxa de câmbio e perspectivas de crescimento económico entre 2009 e 2011. O Quarto capítulo versa sobre o Envelope de Recursos onde se descreve o comportamento das Receitas do Estado e Externos enquanto no Quinto capítulo faz-se um resumo da despesa total. Por fim, o mecanismo de afectação estratégica de recursos para os próximos três anos pode ser vista no Sexto capítulo, onde se salienta de forma detalhada os aspectos que são e não acomodados pelo envelope de recursos bem como as razões para esse facto.

## **2. Enquadramento Macroeconómico de Médio Prazo (2009-2011)**

### **2.1. A evolução da Conjuntura Macroeconómica Internacional**

11. O desempenho macroeconómico mundial nos últimos seis meses foi marcado pela desaceleração do crescimento económico, mais acentuado em economias avançadas, particularmente a americana, onde o reajustamento do mercado imobiliário continua a exacerbar a crise nos mercados financeiros.

12. As economias emergentes e em desenvolvimento vêm registando ritmos de crescimento acelerados apesar dos recentes desenvolvimentos no mercado financeiro. Continuam na liderança deste grupo de países a China e a Índia cujo crescimento situar-se-á em torno de 9,3% e 7,9%, em 2008, respectivamente.

13. O contínuo agravamento dos preços dos combustíveis conjugada com a espiral da subida dos preços dos alimentos a nível mundial contribuiu para o agravamento das pressões inflacionárias em muitos países. Este panorama foi agravado pela crescente procura dos produtos primários e semi-processados provenientes dos mercados emergentes, onde a procura dos biocombustíveis contribuiu para o agravamento dos preços das principais culturas alimentares.

**Quadro 1. Previsões de Crescimento Mundial para 2008 e 2009.**

	2006	2007	Projeções Actuais	
			2008	2009
	Variação % Anual			
<b>PIB Mundial</b>	<b>5.0</b>	<b>4.9</b>	<b>3.7</b>	<b>3.8</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>3.0</b>	<b>2.7</b>	<b>1.3</b>	<b>1.3</b>
EUA	2.9	2.2	0.5	0.6
Zona Euro	2.8	2.6	1.4	1.2
Alemanha	2.9	2.5	1.4	1.0
França	2.0	1.9	1.4	1.2
Itália	1.8	1.5	0.3	0.3
Espanha	3.9	3.8	1.8	1.7
Japão	2.4	2.1	1.4	1.5
Reino Unido	2.9	3.1	1.6	1.6
Canadá	2.8	2.7	1.3	1.9
Outras Economias Avançadas	4.5	4.6	3.3	3.4
<b>Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento</b>	<b>7.8</b>	<b>7.9</b>	<b>6.7</b>	<b>6.6</b>
África	5.9	6.2	6.3	6.4
Sub-Sahariana	6.4	6.8	6.6	6.7
Europa Centra e do Leste	6.6	5.8	4.4	4.3
Rússia	7.4	8.1	6.8	6.3
China	11.1	11.4	9.3	9.5
Índia	9.7	9.2	7.9	8.0
Médio Oriente	5.8	5.8	6.1	6.1
Brazil	3.8	5.4	4.8	3.7
<b>Volume de Comércio Mundial (Bens e Serviços)</b>	<b>9.2</b>	<b>6.8</b>	<b>5.6</b>	<b>5.8</b>
Importações				
Economias Avançadas	7.4	4.2	3.1	3.7
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	14.4	12.8	11.8	10.7
Exportações				
Economias Avançadas	8.2	5.8	4.5	4.2
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	10.9	8.9	7.1	8.7

Fonte: *World Economic Outlook, Abril 2008.*

14. As projecções actuais apontam para o abrandamento do ritmo de crescimento da economia mundial, que poderá vir a situar-se em 3,7% em 2008 1,25 pp abaixo dos níveis de crescimento registados em 2007. Este padrão de crescimento económico manter-se-á em 2009.

15. A economia americana poderá entrar numa espiral de recessão em 2008 face às perturbações ainda prevalecentes no mercado imobiliário e no mercado financeiro. Apesar destes desenvolvimentos, a redução da taxa de câmbio real efectiva do dólar americano desde meados do ano 2007, contribuiu para estimular a procura de exportações norte americanas e o melhoramento do défice da conta corrente para níveis inferiores a 5% do PIB em 2007.

16. Prevê-se ainda um abrandamento do ritmo de crescimento económico na zona do euro em 1,2 pp abaixo da taxa registada em 2007, devido à tendência de apreciação real do Euro face ao dólar americano, ao efeito contágio resultante da propagação dos ciclos negativos no mercado imobiliário em muitos países e a lenta reanimação dos mercados financeiros.

17. Por seu turno, as economias emergentes e em desenvolvimento registarão uma ligeira desaceleração no seu ritmo de crescimento em 0,2 pp, em 2008 face a 2007. Contudo as expectativas de crescimento manter-se-ão significativamente robustas tanto em 2008 como em 2009. Este desempenho é resultado dos ganhos de produtividade resultantes da cada vez maior integração destas economias no mercado global, a melhoria dos termos de troca para os países

produtores de produtos semi-processados face à crescente subida dos preços dos combustíveis e das matérias-primas e ao reforço da gestão da política macroeconómica.

## **2.2. Conjuntura Sócio-Política e Económica Interna**

18. A economia moçambicana vem registando nos últimos anos ritmos de crescimento acelerados situados em média em torno de 7% em termos reais. Estes níveis de crescimento resultam, por um lado, dos esforços no domínio da gestão da política macroeconómica, e por outro, no fortalecimento do ambiente favorável para a promoção do investimento privado doméstico e estrangeiro. No quadro da gestão da política orçamental, prosseguiram acções tendentes a aumentar os padrões de eficácia e eficiência da administração fiscal e aduaneira, consubstanciadas no alargamento da base tributária, à promoção da justiça e equidades fiscais e a modernização da administração fiscal.

19. Como resultados das reformas em curso no âmbito da gestão das finanças públicas, o nível de arrecadação de receitas em % do PIB atingiu 15%, contra 13,8% registado em 2005. Prevê-se que o índice de fiscalidade se situe em torno de 15,9% em 2008. A despesa total incluindo os empréstimos líquidos passou de 47,801.5 milhões de MT em 2006, para 58.446,2 milhões de MT em 2007.

## **2.3. Objectivos de Política Macroeconómica de Médio Prazo**

### **2.3.1. Política Orçamental**

20. No próximo triénio, prevê-se que os esforços no quadro da condução da política macroeconómica continuem a ser orientados visando a sustentação dos ritmos de crescimento económico registados nos últimos anos, a estabilização do índice geral dos preços internos, e o aumento da competitividade das exportações domésticas. Estes objectivos serão prosseguidos não descurando a envolvente macroeconómica regional e internacional marcada essencialmente pela prevalência de pressões inflacionárias em face da contínua subida dos preços dos combustíveis e dos alimentos no mercado internacional, a remoção de barreiras tarifárias no quadro da integração regional na SADC e a deterioração dos termos de troca internacionais.

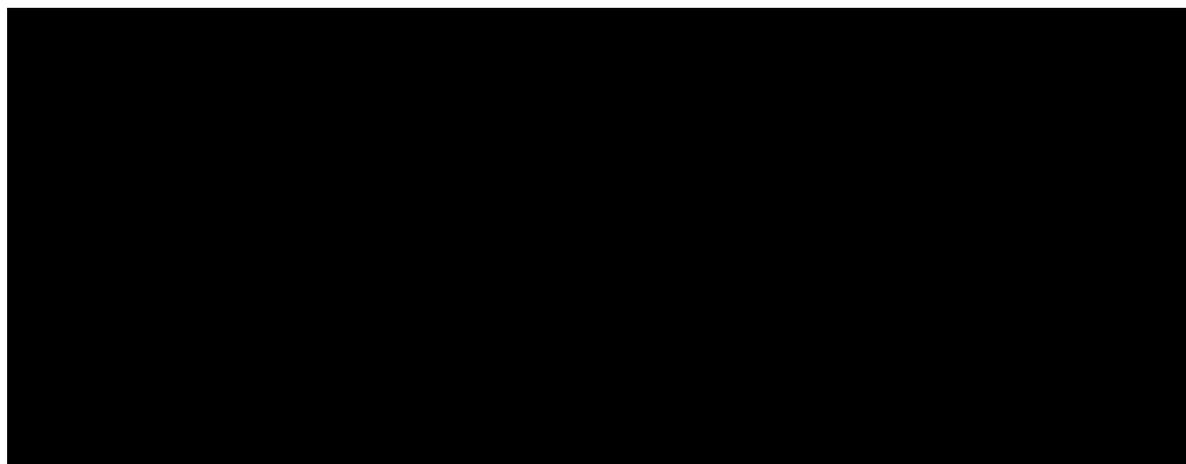
21. Assim, esforços serão empreendidos no domínio da implantação de receitas fiscais com vista a diversificar as fontes de captação de receitas, ao alargamento da base tributária, e a redução dos custos de transacção associados ao pagamento do imposto. Estas acções contribuirão para minimizar as perdas do potencial de receitas sobre o comércio externo resultantes do desarmamento fiscal na SADC.

22. Por seu turno, a execução da política orçamental nos próximos três anos primará pelo rigor e uma maior racionalidade na realização dos gastos. Acções serão prosseguidas visando aumentar os níveis de eficiência, economia e eficácia na realização da despesa pública. Pretende-se a médio e longo prazo reduzir o défice fiscal após donativos para cerca de 3% do PIB, até 2012, ao abrigo da convergência macroeconómica na região da SADC.

23. No âmbito da gestão da dívida pública, o Estado minimizará o recurso ao endividamento interno para financiar os défices de tesouraria. Será ainda privilegiado a contracção de financiamentos externos em termos concessionais a serem aplicados em projectos que concorram para o aumento da capacidade produtiva da economia. Esta orientação contribuirá para o alcance de padrões de composição estrutural da despesa pública que minem os ganhos de estabilidade macroeconómica até agora registados.

24. O CFMP contribui para alcançar a sustentabilidade do défice orçamental, que é um objectivo do Governo (Quadro a seguir). Constatase na tabela abaixo, a redução gradual do saldo global após donativos, estabilizando o crédito interno líquido a níveis médios de 0,2% do PIB.

#### **Quadro 2. Défice Orçamental**



*Fonte: MPD/MF – QM*

Nota: Os pressupostos usados para a elaboração do OE2008, foram revistos em Março, face a nova conjuntura interna e externa, como também a novos dados do PIB, divulgados pelo INE. A receita do Estado para 2008, usando o novo PIB, é de 17,1% em termos do PIB.

#### **2.3.2. Política Monetária e Cambial**

25. No período 2009-2011, a política monetária e cambial será articulada visando garantir os objectivos da política económica do Governo no que concerne a manutenção do ritmo de crescimento económico real em torno de 7%, a estabilização do índice geral dos preços domésticos em torno de um dígito e a manutenção de um saldo de reservas internacionais líquidas que aumente a habilidade do País em amortecer os choques externos.

26. Assim, a gestão da política monetária concorrerá para manter um crescimento gradual do stock de moeda, que a partir de 2010 os custos desta política deverão ser suportados pelos recursos internos, sendo estimada em 1,8 mil milhões de Meticais. Fazem parte desta política, o reforço dos mecanismos de supervisão das instituições financeiras, o incremento dos padrões de eficiência do

mercado primário e secundário, e extensão dos serviços financeiros às zonas rurais rumo a uma maior bancarização da economia nacional.

27. No domínio da gestão da política cambial, prosseguirão os esforços visando garantir a estabilidade do preço relativo da moeda doméstica face às moedas dos principais parceiros comerciais de Moçambique. Os níveis de depreciação reais médios anuais deverão estimular a competitividade das exportações domésticas sem contudo afectar os níveis de liquidez no sistema.

28. A política monetária no próximo triénio será implementada num quadro conjuntural internacional marcado por inúmeros pressões tais como a subida galopante dos preços dos combustíveis a nível internacional, a deterioração dos termos de troca internacionais para os países importadores de petróleo; o agravamento dos custos dos alimentos no mercado internacional; o efeito contágio induzido pela prevalência de ciclos negativos no mercado imobiliário, e a redução da procura pelas exportações domésticas face ao abrandamento do ritmo de actividade económica a nível mundial. Este conjunto de choques conjunturais exigirá a adopção de medidas que mitiguem a propagação dos seus efeitos na economia doméstica essencialmente por via do aumento das reservas internacionais líquidas.

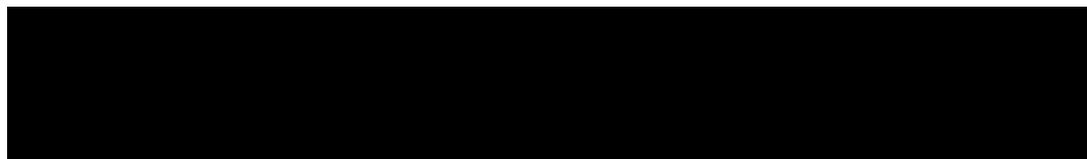
### **3. Principais Pressupostos Macroeconómicos**

#### **3.1 Produto Interno Bruto**

29. O PIB vem mostrado robustez ao longo dos anos. A economia nacional está cada vez mais sólida, com um tecido económico diversificado e em expansão, estando desde 2004, a crescer acima dos 7% programados.

30. As previsões actuais perspectivam que o PIB real cresça a um nível médio de 7% em 2008 e 2009. No entanto, dada a revisão em baixa do crescimento das principais economias mundiais e a deterioração dos termos de troca dos principais insumos, o crescimento do PIB para o período de 2008 a 2011 em Moçambique poderá ser afectado e por essa via ser revisto em baixa.

#### **Quadro 3. Projecção do Produto Interno Bruto**



*Fonte: MPD*

##### **3.1.1. Desempenho Económico em 2007 e Perspectivas para 2008**

31. O ano de 2007 caracterizou-se pela ocorrência de condições climatéricas adversas. Apesar destas ocorrências, a actividade económica e social foi positiva. Com efeito, o PIB cresceu 7,3% em 2007, superando, deste modo, a meta de 7% estabelecida.

32. De igual modo, o ano 2008, iniciou com contrariedades, nomeadamente, cheias e ciclones, que levou à destruição de infra-estruturas socioeconómicas públicas e privadas. Esta situação exigiu do Governo e de outros intervenientes, esforços adicionais com vista à normalização da vida económica e social.

33. A produção global para 2008 aponta para um crescimento de 8,4%. Com esta previsão da produção, espera-se que o PIB cresça em termos reais, a 7%. Para o alcance deste resultado será determinante o desempenho esperado na agricultura, na construção e nos transportes e comunicações. O aumento da produção agrícola resultará fundamentalmente do aumento da produtividade e da expansão das áreas de cultivo. É de destacar o crescimento programado na

extracção mineira, com o aumento da produção nas areias pesadas de Moma, após o arranque da produção em Abril do ano em curso.

### 3.1.2 Perspectivas de Crescimento Económico para o Triénio 2009-2011

34. Para se efectivar a taxa média de crescimento real do PIB a níveis de 7% ao ano, o sector agrícola deve contribuir com uma média de 1,5% à taxa de crescimento global, significando um crescimento real acima dos 7% ao ano. Espera-se que esta contribuição venha impulsionar novas dinâmicas nos sectores de transportes e comunicação, comércio, e as indústrias de Agro-Processamento.

35. O Sector **Agro-pecuário e silvicultura**, enfrenta grandes desafios, mesmo a partir de 2008. Dada a disponibilidade de terra fértil que o País possui, existe para este sector a oportunidade de ganhar competitividade na produção de produtos agrícolas na região. Para isso, os serviços públicos da agricultura redobrar-se-ão em criar condições para que a agricultura do sector familiar dê resposta à necessidade alimentar no País, aumentando o número de extensionistas e distribuindo mais sementes melhoradas. O sector **de agro-processamento**, terá de maximizar os ganhos acompanhados pelo crescimento do sector agrícola. As pequenas indústrias transformadoras do ramo alimentar e bebidas, terão de crescer significativamente, impulsionados pelo aumento da produção de insumos agrícolas.

36. Com a construção e reabilitação de silos, Moçambique está a criar capacidade para não apenas armazenar, mas também potencializar a **comercialização** de produtos agrícolas com qualidade e valor. A construção de silos constituirá uma mais valia para o ramo agrícola e a **comercialização**; porém, não é suficiente, sendo por isso necessário garantir uma cadeia de produção, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo destes mesmos produtos a nível nacional. No médio prazo, espera-se que o sector privado participe mais activamente na actividade de armazenagem e seu financiamento.

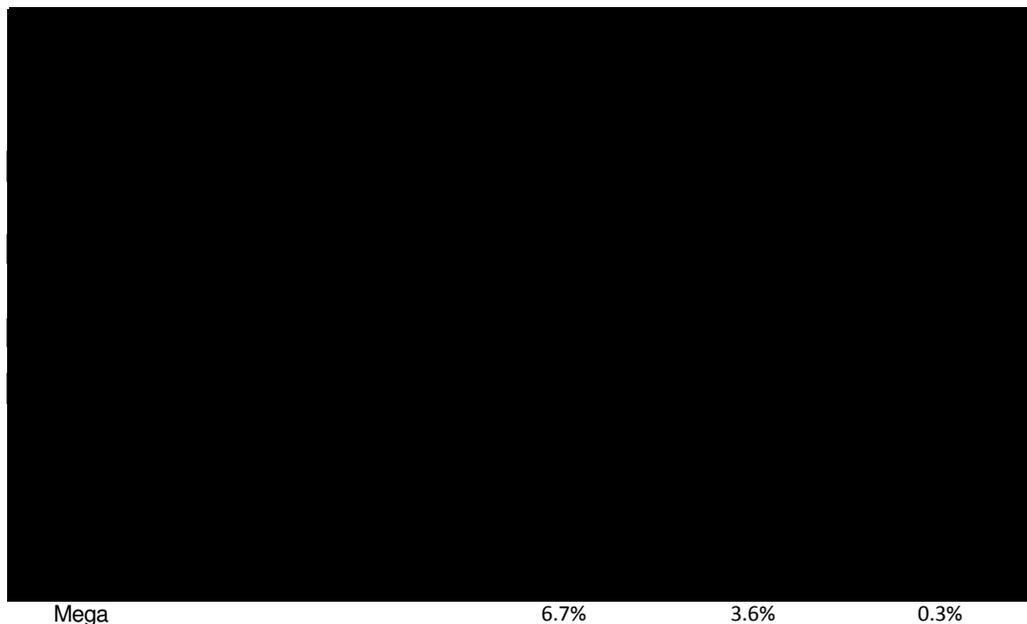
37. O crescimento do sector **transporte e comunicação**, só será possível com o aumento do investimento em infra-estruturas. Neste sentido ter-se-á que garantir a comunicação entre as zonas de produção e de consumo. Portanto a reabilitação de estradas rurais, ligando pólos de actividades económicas constará nas apostas para o triénio 2009-2011.

38. O desempenho da **indústria extractiva**, será conduzido pelos Mega projectos (Sasol e Areias pesadas de Moma).

39. Os serviços do Governo como a educação, saúde, infra-estruturas de comunicação, segurança pública, cooperação internacional, etc., são sensíveis e fundamentais para o crescimento sustentável da economia, sendo por isso merecedoras de uma especial atenção para que o seu contributo ao PIB seja cada vez maior.

40. No quadro abaixo, constam as previsões médias de crescimento do produto sectorial e as respectivas contribuições ao crescimento, no período 2009-2011.

**Quadro 4. Crescimento Sectorial do Produto Interno Bruto**



Fonte: MPD

41. O sector público continuará a apostar na expansão de investimentos em infra-estruturas, para catalizar cada vez mais o sector privado. Também vai consolidar a aplicação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIL), por forma a que contribua para o crescimento da produção rural e para a erradicação efectiva da pobreza absoluta.

### 3.2 Taxa de Inflação e de Câmbio, e Balança de Pagamentos

42. A taxa de inflação média em Moçambique, atingiu um máximo de 13,2% e um mínimo de 6,4%, no período 2005-2007. Em 2007, a taxa de inflação do final do período, ficou a dois dígitos, cerca de 10%, portanto acima do programado no Orçamento de Estado. Contudo, a taxa de inflação média anual ficou a um dígito, 8,2%. Para o ano 2008, prevê-se um abrandamento para níveis abaixo de 10%. Porém, a envolvente conjuntura interna e externa, impõem desafios que necessitarão de políticas correctivas, para que a inflação se situe a níveis programados.

#### Quadro 5. Pressuposto sobre a Taxa de Inflação

Taxa de Inflação	2007	2008	2009	2010	2011	Δ% Média 2009 - 2011
Média anual (%)	8.2	9.4	7.0	6.4	6.2	6.5
Fim do período (%)	10.3	8.0	6.5	5.1	5.0	5.5

Fonte: INE/MPD

43. Para o período 2009-2011, projectam-se taxas de inflação de um dígito. Isto significa uma taxa de inflação média anual a níveis de 6,5%, e acumulada de 5,5%. De igual modo, para o cumprimento destas taxas, será necessária uma forte disciplina fiscal e monetária.

44. Do lado fiscal, será importante que as despesas públicas sejam regradas, de modo a evitar acumulação de despesas num único período do ano. Os desembolsos das ajudas externas deverão estar em concordância com os planos de realização de despesas sectoriais.

45. Do lado monetário, será importante controlar a massa monetária a níveis que não pressionem a taxa de inflação e também que a taxa de câmbio não influa com grande peso na inflação transmitida a partir dos países vizinhos.

46. O grande desafio para que se alcancem as metas de inflação, está do lado de produção de produtos da classe alimentação, sobretudo os cereais, que têm um grande peso no nível de preços. A produção nacional deve garantir o excesso da oferta dos produtos que tem maior peso no IPC.

47. Com o Plano de Acção para a Produção de Alimentos (2008-2011), os sectores da Agricultura, Pesca e de Indústria e Comércio devem balancear a crise alimentar que se faz sentir em Moçambique, mas que tem uma dimensão internacional. No mercado internacional, os preços de produtos básicos estão a subir, e são produtos com grande peso na cesta básica em Moçambique, nomeadamente:

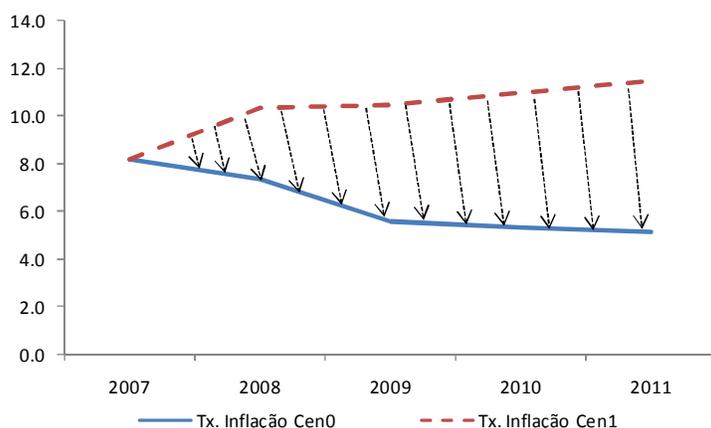
**Quadro 6. Produtos com maior peso no IPC**

Produto	Peso no IPC
Arroz corrente	7,66
Arroz extra	1,14
Milho branco	2,06
Frango vivo	2,13
Frango morto limpo	1,42
Carapau congelado de 2ª	4,39
Óleo alimentar	3,75
Carvão	2,45
Lenha	2,38
Electricidade	2,34

Fonte: INE

48. Com a subida do preço do arroz no mercado internacional, é impossível conter a inflação doméstica em Moçambique, visto que este produto tem um peso de 7,66% no cabaz de consumo famílias. Por outro lado, a subida galopante dos produtos petrolíferos, pressiona o uso dos produtos alternativos como o gás, a electricidade, a lenha e o carvão, que têm um peso médio de 2,4% no cabaz de consumo famílias, em Moçambique.

49. O gráfico que segue, mostra o esforço de políticas para que a inflação se mantenha a níveis programados. A oferta de produtos da classe alimentos, e alternativas de combustíveis devem garantir a procura no mercado nacional, por forma a reduzir a inflação importada.

**Gráfico 1. Inflação Programada versus Inflação Ajustada (Crise Alimentar e Preço de Combustíveis)**

Cen0 – metas programadas em Março de 2008, na última Missão com do FMI.

Cen1 – Inflação ajustada em função da subida no mercado internacional dos preços dos cereais e petróleo.

50. A fixação de metas de inflação a estes níveis visa a manutenção dos esforços no âmbito do reforço da estabilidade macroeconómica e a promoção do crescimento económico.

51. Relativamente à taxa de câmbio, em 2008 prevê-se uma ligeira apreciação face ao dólar norte-americano e ao Rand Sul-Africano. Para o período 2009 – 2011, o metical registará uma gradual depreciação nominal face ao dólar norte-americano e ao Rand.

52. A formulação da política cambial será orientada para a necessidade de continuar a aumentar o nível de competitividade das exportações domésticas, e a contínua melhoria do saldo da balança de transacções correntes. Prevê-se uma depreciação média real efectiva do metical em torno dos 1,1%, reflectindo um ganho de competitividade real de 2% ao ano, no período 2009-2011.

## 4. Envelope de Recursos

53. Para se efectivar o volume de recursos internos para financiar as necessidades de despesas requeridas para alcançar as metas que constam no PQG 2005-09, PARPA II e MDG, é necessário imprimir uma maior disciplina fiscal e acelerar a expansão da base tributária.

54. A redução do défice orçamental é uma prioridade fiscal para o período 2009-2011. Sendo assim, continua imperioso o aumento de receitas do Estado em 0,5 pp do PIB ao ano.

55. O quadro que segue mostra a projecção de recursos internos e externos (em termos nominais) para o orçamento de Estado no período 2009-2011.

**Quadro 7. Resumo de Envelope de Recursos, em Milhões de Meticais**

Em milhões de Meticais	2008 OE	2009 CFMP	2010 CFMP	2011 CFMP
<b>Total de Recursos</b>	<b>90,196.8</b>	<b>90,468.1</b>	<b>98,290.5</b>	<b>107,692.0</b>
<b>% PIB</b>	<b>37.7%</b>	<b>35.4%</b>	<b>34.2%</b>	<b>33.3%</b>
<b>Recursos Internos</b>	41,236.1	45,246.2	51,883.6	60,030.9
<b>% PIB</b>	<b>17.3%</b>	<b>17.7%</b>	<b>18.0%</b>	<b>18.5%</b>
Receitas do Estado	38,815.9	44,527.0	51,903.5	60,053.3
Privatização (incl.CVRD)	-	-0.4	-	-
Crédito Interno	2,420.2	719.6	-19.8	-22.3
<b>Recursos Externos</b>	48,960.8	45,221.9	46,406.8	47,661.1
<b>% PIB</b>	<b>20.5%</b>	<b>17.7%</b>	<b>16.1%</b>	<b>14.7%</b>
Donativos	32,951.8	30,742.9	31,455.7	32,595.7
Créditos	16,009.0	14,479.0	14,951.1	15,065.4

Fonte: MPD/MF

56. Com esforço fiscal, o volume de recursos totais irá atingir níveis de 107,7 mil milhões de Meticais, correspondente a 33,3% do PIB, em 2011. O PIB usado para a elaboração do Orçamento de Estado em 2008, já foi actualizado. Com a última publicação do INE, a previsão do PIB para 2008 é de 226,8 mil milhões de Meticais, contra os iniciais 239,0 mil milhões de Meticais usados na elaboração do Orçamento de Estado de 2008.

57. Prevê-se que os recursos externos reduzam o seu peso em relação ao PIB, passando de 20,5%, em 2008 para 14,7%, em 2011.

### 4.1 Receitas do Estado

58. Está previsto que as receitas internas do Estado cresçam em média a 0,5 pp do PIB por ano, reflectindo um aumento nominal na colecta em todas as rubricas. Este crescimento é justificado pela solidez que a AT vem mostrando na expansão da base tributável.

59. As receitas correntes do estado representam em média cerca de 98% do total das receitas internas; e as de capital apenas 2%. Grande parte das receitas correntes é constituída pelas receitas fiscais, perfazendo cerca de 82% das receitas internas, em média por ano.

60. A implantação da zona de comércio livre na região irá repercutir numa provável redução da receita proveniente do comércio externo, tendo em 2007 sido cobrado abaixo do programado. Esta redução deve ser compensada com o aumento na cobrança do IVA.

#### Quadro 8. Receitas Internas do Estado (em milhões de Meticais)

em milhões de Meticais	2008	2009	2010	2011
	OE	CFMP	CFMP	CFMP
<b>Receita Total do Estado</b>	<b>38,816</b>	<b>44,527</b>	<b>51,903</b>	<b>60,053</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>38,158</b>	<b>43,335</b>	<b>50,653</b>	<b>58,607</b>
<b>Receitas fiscais</b>	<b>30,801</b>	<b>35,924</b>	<b>43,348</b>	<b>50,154</b>
<b>Impostos sobre Rendimentos</b>	<b>10,004</b>	<b>12,799</b>	<b>17,730</b>	<b>20,513</b>
IRPS		6,410	7,733	8,947
IRPC e Taxa Liberatória das Zonas Francas		6,287	9,875	11,426
Imposto Especial s/ o Jogo		102	122	141
<b>Impostos sobre Bens e Serviços</b>	<b>18,861</b>	<b>20,869</b>	<b>23,355</b>	<b>27,022</b>
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	13,168	14,658	16,730	19,777
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Nacionais	1,629	1,899	2,137	2,472
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Importados	940	1,110	1,325	1,534
Impostos s/ Comércio Externo [=DAs + sobretaxa de açi	3,124	3,202	3,163	3,239
<b>Outros Impostos</b>	<b>1,936</b>	<b>2,256</b>	<b>2,263</b>	<b>2,618</b>
<b>Receitas não fiscais</b>	<b>2,500</b>	<b>2,898</b>	<b>2,351</b>	<b>2,720</b>
	0%	16%	-6%	9%
<b>Receitas consignadas</b>	<b>3,594</b>	<b>3,264</b>	<b>3,550</b>	<b>4,107</b>
<b>Receitas Próprias</b>	<b>1,264</b>	<b>1,249</b>	<b>1,405</b>	<b>1,625</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>658</b>	<b>1,192</b>	<b>1,250</b>	<b>1,446</b>

Fonte: MPD/MF

61. Espera-se que as receitas do Estado atinjam em 2011, cerca de 60,1 mil milhões de Meticais, significando um crescimento de 54,7%, face às receitas previstas no Orçamento do Estado de 2008. Este crescimento será influenciado pelo aumento significativo dos impostos sobre rendimentos, que segundo as previsões irão crescer a uma taxa acima dos 90,0% em termos reais, face ao orçamentado em 2008. Espera-se também que as receitas de capital atinjam cerca de 1,5 mil milhões de Meticais, correspondendo a um crescimento de 119,9% face ao Orçamento do Estado de 2008.

#### 4.1.1 Receitas Fiscais

62. As receitas fiscais continuarão a ser a maior fonte de recursos para o Estado. No período de 2009-2011, as receitas fiscais serão em média, cerca de 82% do total de receitas do Estado, correspondendo em média, a cerca de 85% das receitas correntes do estado.

## Quadro 9. Receitas Fiscais do Estado

em % da Receita Total do Estado	2008 OE	2009 CFMP	2010 CFMP	2011 CFMP
<b>Receita Total</b>	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
<b>Receitas Correntes</b>	98.3%	97.3%	97.6%	97.6%
<b>Receitas fiscais</b>	79.4%	80.7%	83.5%	83.5%
<b>Impostos sobre Rendimentos</b>	25.8%	28.7%	34.2%	34.2%
IRPS	0.0%	14.4%	14.9%	14.9%
IRPC e Taxa Liberatória das Zonas Francas	0.0%	14.1%	19.0%	19.0%
Imposto Especial s/ o Jogo	0.0%	0.2%	0.2%	0.2%
<b>Impostos sobre Bens e Serviços</b>	48.6%	46.9%	45.0%	45.0%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	33.9%	32.9%	32.2%	32.9%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Nacionais	4.2%	4.3%	4.1%	4.1%
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Importados	2.4%	2.5%	2.6%	2.6%
Impostos s/ Comércio Externo [=DAs + sobretaxa de açi	8.0%	7.2%	6.1%	5.4%
<b>Outros Impostos Fiscais</b>	5.0%	5.1%	4.4%	4.4%
	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>Receitas não fiscais</b>	6.4%	6.5%	4.5%	4.5%
<b>Receitas consignadas</b>	9.3%	7.3%	6.8%	6.8%
<b>Receitas Próprias</b>	3.3%	2.8%	2.7%	2.7%
<b>Receitas de Capital</b>	1.7%	2.7%	2.4%	2.4%

Fonte: MPD/MF

63. Das receitas fiscais, as receitas provenientes dos impostos sobre bens e serviços, representam em média, 46,4% do total das receitas fiscais ao ano, no período 2009-2011. Seguem-se os impostos sobre o rendimento que representam em média 30,7%, e por fim as receitas provenientes de outros impostos, com 4,7% do total das receitas fiscais.

#### 4.1.2 Receitas Não Fiscais, Próprias e Consignadas

64. Tanto as receitas não fiscais, como as receitas consignadas e próprias correspondem a 14,9% do total das receitas do Estado. Está previsto para o CFMP 2009-2011, que o Estado venha a arrecadar cada vez mais destas receitas, comparando com o previsto no Orçamento de Estado de 2008. Portanto, é preciso nos próximos anos redefinir estratégias por forma a se potencializar as receitas internas.

## 4.2 Recursos Externos

65. Os recursos externos apresentam-se na forma de donativos e empréstimos e financiam:

- a) A componente externa dos projectos de investimento, quer de forma directa ou por via dum fundo comum (como, por exemplo, FASE, ProAgri, Fundo da Saúde etc.),
- b) O apoio geral ao orçamento – Os fundos são agregados às receitas internas do Tesouro e financiam, sem discriminação por fonte de recursos, a despesa interna do funcionamento, investimento e encargos gerais,
- c) Os projectos levados a cabo pelas empresas públicas – Os fundos externos refinanciam os respectivos acordos de retrocessão do Governo com as empresas, que constam na rubrica das operações financeiras, no Orçamento.

66. Moçambique continuará a merecer o apoio internacional, uma vez que tem aplicado com sucesso os recursos externos na implementação do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009 e do PARPA II. Este êxito é demonstrado pelos indicadores directos e indirectos de desenvolvimento e de redução da pobreza absoluta. O país também tem sabido orientar a sua estratégia de desenvolvimento de forma criativa, ao mesmo tempo que enfrenta as calamidades naturais e os choques económicos externos da subida dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares. Este sucesso, contudo, ainda requer que os recursos orçamentais sejam usados de forma mais eficiente e transparente, continuando a exigir do Estado a adequação das suas instituições e procedimentos estes resultados desejáveis.

67. A previsão de desembolsos para o ano 2009 é ainda preliminar, e para os anos seguintes, assumiram-se valores constantes em termos de dólares, equivalendo a uma média anual de 1.784,10 milhões de Dólares americanos, em 2009-2011. O incremento nominal da ajuda externa deve-se à depreciação da taxa de câmbio Metical/Dólar. As projecções para este cenário mostram um decréscimo da ajuda externa em percentagem do PIB e em percentagem do total de recursos previstos. Este resultado reflecte o dinamismo sustentável desta economia e contribui para um uso mais eficiente dos recursos do Estado através de uma maior integração e interacção no sistema social e económico.

68. A informação sobre recursos externos tem como fonte a base de dados da ODAMOZ, onde constam compromissos assumidos ou previstos pelos parceiros para o ano 2009, e indicações adicionais para os restantes anos.

69. Olhando para o que foi a execução do Orçamento do Estado de 2007, que consta no relatório de execução, pode-se concluir que as previsões dos recursos externos foram exageradas no orçamento de 2008; ou que o relatório não capta na totalidade a execução deste fundo a nível de projectos. Em 2007, a execução da componente externa OE foi das mais baixas dos últimos 5 anos (13,8% do PIB), em particular na Agricultura, Educação, Saúde e Estradas, que são das principais áreas chave e dos sectores de maior despesa. Na Agricultura, deveu-se a um problema interno de

absorção da despesa descentralizada. Na Educação, também se deveu à fraca capacidade de construção de escolas ao nível descentralizado. Na Saúde, as exigências de procedimentos conduziu a que se levasse muito tempo sem executar o fundo global. Nas Estradas, o novo programa, PRISE, só iniciou no 4º trimestre.

#### Quadro 10. Fontes de Financiamento Externo (em milhões de Meticais)

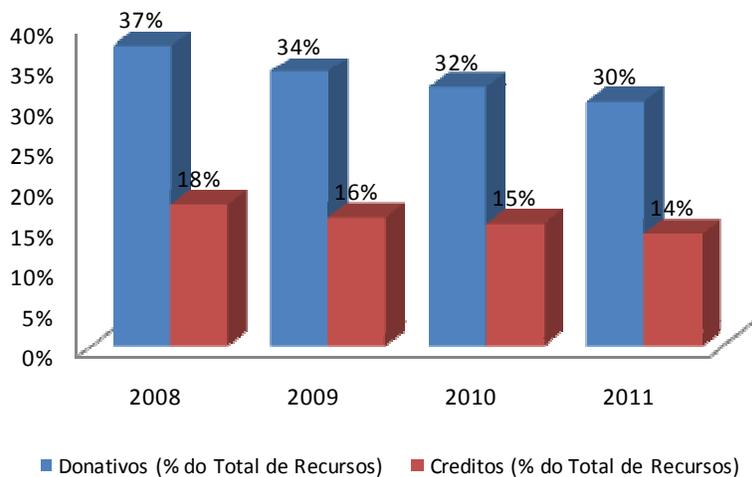
em milhões de Meticais	2008 OE	2009 CFMP	2010 CFMP	2011 CFMP
<b>Totala de Recursos</b>	<b>90,196.8</b>	<b>90,468.1</b>	<b>98,290.5</b>	<b>107,692.0</b>
<b>Recursos Externos</b>	<b>48,960.8</b>	<b>45,221.9</b>	<b>46,406.8</b>	<b>47,661.1</b>
% do PIB	20.5%	17.7%	16.1%	14.7%
Recursos Externos (% do Total de Recursos)	54%	50%	47%	44%
<b>Donativos</b>	<b>32,951.7</b>	<b>30,742.9</b>	<b>31,455.7</b>	<b>32,595.7</b>
% do PIB	13.8%	12.0%	10.9%	10.1%
Donativos (% do Total de Recursos)	37%	34%	32%	30%
Para projectos	30,545.1	21,577.2	22,057.5	22,510.6
Contravalores não consignados	2,151.6	8,910.7	9,109.0	9,759.4
Fundos do MCA	-	-	-	-
Outros (HIPC e contrav. aos emprest. às empresas)	255.0	255.0	289.3	325.7
<b>Créditos</b>	<b>16,009.0</b>	<b>14,479.0</b>	<b>14,951.1</b>	<b>15,065.4</b>
% do PIB	6.7%	5.7%	5.2%	4.7%
Creditos (% do Total de Recursos)	18%	16%	15%	14%
A projectos	7,576.5	6,855.8	7,008.4	7,152.4
Outros	8,432.6	7,623.2	7,942.7	7,913.0

Fonte: MPD/MF

70. Em contrapartida, em 2008, os valores do programa de investimentos em Estradas, PRISE, e do programa Millennium Challenge Account contribuíram para elevar o montante dos recursos externos orçamentados (2.029 milhões de USD), acima da média dos 1.784,10 milhões de Dólares americanos para o período de 2009-2011.

71. Grande parte dos recursos externos é destinada aos projectos de investimento, segundo a figura acima. Comparativamente aos anos anteriores, mostra-se uma grande alteração entre o OE 2006 e as previsões para os anos seguintes. Esta alteração justifica-se pelo facto de grande parte do financiamento externo tratado anteriormente como financiamentos fora do orçamento (*off-budget*), passar a ser integrado na elaboração e execução orçamental.

**Gráfico 2. Composição da Ajuda Externa**



**Quadro 11. Destino dos Recursos Externos**

Fonte: MPD/MF

## 5. Equilíbrio Orçamental

72. Para garantir a estabilidade económica e monetária e assegurar a sustentabilidade do financiamento das despesas públicas, é preciso que se garanta o equilíbrio orçamental. Para o período 2009-2011, o Governo, procurará através dos recursos internos e externos, o financiamento total das despesas correntes e de investimento.

**Quadro 12. Mapa de Equilíbrio Orçamental**

Em milhões de Meticais	2008	2009	2010	2011
	OE	CFMP	CFMP	CFMP
<b>Total de Recursos</b>	<b>90,196.8</b>	<b>90,468.1</b>	<b>98,290.5</b>	<b>107,692.0</b>
% PIB	37.7%	35.4%	34.2%	33.3%
<b>Recursos Internos</b>	41,236.1	45,246.2	51,883.6	60,030.9
% PIB	17.3%	17.7%	18.0%	18.5%
Receitas do Estado	38,815.9	44,527.0	51,903.5	60,053.3
Privatização (incl.CVRD)	-	-0.4	-	-
Crédito Interno	2,420.2	719.6	-19.8	-22.3
<b>Recursos Externos</b>	48,960.8	45,221.9	46,406.8	47,661.1
% PIB	20.5%	17.7%	16.1%	14.7%
Donativos	32,951.8	30,742.9	31,455.7	32,595.7
Créditos	16,009.0	14,479.0	14,951.1	15,065.4
<b>Total de Despesas (incl. operações financeiras)</b>	<b>90,196.8</b>	<b>90,468.1</b>	<b>98,290.5</b>	<b>107,692.0</b>
% PIB	37.7%	35.4%	34.2%	33.3%
<b>Despesas Correntes</b>	38,080.6	41,773.3	47,159.8	53,744.5
% PIB	15.9%	16.4%	16.4%	16.6%
Despesas com o Pessoal	18,093.3	20,588.4	23,161.1	26,075.8
Bens e Serviços	8,166.9	8,921.6	10,036.5	11,449.5
Encargos da Dívida	1,651.0	2,147.3	1,975.4	2,223.9
Transferências Correntes	7,022.0	8,084.5	9,668.3	10,885.0
Subsídio às Empresas	422.7	471.3	524.2	590.2
Outras Despesas Correntes	2,327.3	1,273.6	1,473.1	2,158.4
Despesas de Capital	385.5	274.5	308.8	347.7
<b>Despesas de Investimento</b>	44,846.5	41,438.8	43,907.2	46,872.0
% PIB	18.8%	16.2%	15.3%	14.5%
Componente Interno	11,603.2	13,005.8	14,841.3	17,209.0
Componente Externo	33,243.3	28,433.1	29,065.9	29,663.0
Donativos	25,335.3	21,577.2	22,057.5	22,510.6
Créditos	7,908.0	6,855.8	7,008.4	7,152.4
<b>Operações Financeiras</b>	7,269.7	7,255.9	7,223.4	7,075.5
% PIB	3.0%	2.8%	2.5%	2.2%
Activas	5,387.1	5,084.2	5,352.1	5,275.5
Passivas	1,882.6	2,171.7	1,871.3	1,800.0

Fonte: MPD/MF

73. O quadro acima mostra o total de recursos passa de 90,196 mil milhões de Meticais, em 2008 para 107,7 mil milhões, em 2011. Estes montantes serão garantidos por recursos internos na ordem de 60 mil milhões e uma componente externa de 47,7 mil milhões de Meticais, em 2011, quando se espera que a componente interna supere a externa.

74. O valor total de recursos abrange todas as despesas do Governo, incluindo operações financeiras. Portanto, apenas parte desta será alocada para as despesas sectoriais e territoriais. A tabela que segue mostra os recursos disponíveis para estas despesas, que resulta da soma dos recursos internos (receitas do Estado, incluindo privatizações) e uma componente de recursos externos como apoio directo ao Orçamento do Estado.

### Quadro 13. Recursos para Despesas Sectoriais e Territoriais, 2008-2011

	10 <sup>6</sup> Mts			
	2008	2009	2010	2011
	OE	CFMP	CFMP	CFMP
<b>Preços correntes</b>				
<b>Total de Recursos</b>	90,197	90,468	98,290	107,692
<b>Recursos Distribuíveis para a componente interna</b>	53,184	57,004	63,932	72,821
<b>Recursos Internos</b>	41,236	45,246	51,884	60,031
Receitas do Estado	38,816	44,527	51,903	60,053
<i>Receitas Correntes</i>	38,158	43,335	50,653	58,607
<i>Receitas de Capital</i>	658	1,192	1,250	1,446
Privatização (incl.CVRD)	-	0.4	-	-
Crédito Interno líquido	2,420	720	20	22
<b>Recursos Externos para despesa interna</b>	11,948	11,758	12,048	12,790
Contra-valor não consignados	11,693	11,503	11,759	12,464
Donativos	8,942	8,911	9,109	9,759
<i>Apoio geral ao orçamento</i>	-	8,883	9,080	9,730
<i>Ajuda alimentar</i>	-	28	29	29
Empréstimos	2,751	2,592	2,650	2,705
Outros (HIPC e contrav. aos emprest. às empresas)	255	255	289	326
<b>Recursos para a componente externa</b>	37,013	33,464	34,358	34,871
<b>Distribuição de recursos para a componente interna</b>	53,184	57,004	63,932	72,821
<b>Despesa Sectorial e Territorial</b>	39,710	43,256	48,675	56,280
<b>Encargos Gerais</b>	13,474	13,749	15,257	16,541

Fonte: MPD/MF

75. Portanto, em média, 65% dos recursos totais do Orçamento do Estado são utilizados para despesas da componente interna, dos quais 77% em média são para despesas sectoriais e territoriais. Este volume de recursos é o que o Cenário Fiscal de Médio Prazo deve distribuir usando como base as propostas submetidas pelos sectores. O próximo capítulo explica como estes recursos foram distribuídos.

76. Na rubrica dos Encargos Gerais, fazem parte as despesas permanentes do Estado, tais como:

- Amortização e encargos da dívida interna e externa;
- Pagamento de pensões civis e militares;
- Verbas para as eleições;
- Transferências as famílias;

- Transferência à partidos políticos;
- Transferências ao exterior;
- Transferência aos municípios
- Pagamento do IVA;
- Subsídio central as empresas; e
- Reassentamento da população.

## **6. Afecção Estratégica de Recursos**

77. A Lei n.º 09/2002 de 12 Fevereiro do SISTAFE regulamenta a adopção da metodologia de Planificação e Orçamentação por Programa (OP) no processo de preparação do Orçamento do Estado. Esta versão do CFMP já faz uso desta metodologia. Neste exercício de planificação de médio prazo, a metodologia de OP foi apenas aplicada para projecção das despesas de investimento interno. Este processo está a ser materializado através de uma categorização mais selectiva e cuidadosa dos programas do Governo e será usada paulatinamente durante o processo de planificação e orçamentação anual de 2009.

78. A afectação dos recursos internos para as despesas Sectoriais Governamentais é constrangida pelo limitado envelope de recursos e à necessidade de se fazer face aos assuntos actuais para os quais o Governo deve contemplar de forma especial e pró-activa a partir deste ano. Entre estes, há que destacar o esforço adicional que se tem de empreender para fazer face à crise mundial de alimentos e a redução das receitas fiscais para fazer face aos aumentos constantes dos preços de combustíveis. No entanto, há outros aspectos não menos importantes que deverão criar uma grande pressão sobre os recursos a afectar aos sectores ao longo dos próximos três anos, nomeadamente o custo da estabilização macroeconómica através da política monetária e a realização de eleições gerais em 2009.

79. As medidas para a mitigação da crise mundial que se tem verificado em relação aos preços de combustíveis poderão ter implicações consideráveis no que concerne essencialmente ao impacto orçamental e conseqüentemente nos recursos disponíveis para as despesas até aqui previstas e acomodadas. Neste sentido, algumas despesas programadas terão de ser adiadas até que a situação da instabilidade de preços diminua ou cesse. Entre outras acções visando colmatar a redução de recursos se poderá avançar na manutenção ou redução das despesas com bens e serviços nos sectores e outras despesas com pessoal. Como último recurso, a redução da despesa deverá acontecer para os projectos de investimento que pela sua natureza tem a possibilidade de se beneficiarem de recursos externos, como sendo a construção de escolas e hospitais.

80. Para a afectação dos recursos de investimento interno de nível central foram considerados os seguintes cenários:

### **6.1 Cenário base: ausência de novos desafios**

81. Este cenário (cen 1) faz a projecção da despesa para os próximos três anos, considerando uma situação na qual não existe nenhum evento novo que crie pressão sobre os recursos a distribuir aos sectores. Noutro sentido, este cenário projecta as despesas para a materialização dos programas do Governo preconizados para a materialização do PARPA II.

### 6.1.1 Despesas de Funcionamento

82. As propostas dos sectores centrais e provinciais foram recebidas ao longo dos meses de Março e Abril. Das 86 UGB's registadas no Orçamento como unidades centrais foram recebidas propostas de funcionamento de apenas 29, isto representa 34% do total. Mesmo entre os sectores que submeteram as propostas, nem todas as UGBs tuteladas ou subordinadas constavam. Nas propostas submetidas pelas Províncias, o cenário foi semelhante, tendo-se registando apenas de 50% de cobertura. As Províncias que melhor proporcionaram a informação solicitada foram Maputo Cidade, Maputo Província, Manica, Sofala e Gaza.

83. Para as UGBs que não mandaram a proposta o valor que consta no orçamento 2008 foi introduzido para ter uma ideia do impacto global. O quadro que segue mostra o total das despesas de funcionamento no âmbito central e provincial e compara com o envelope total disponível.

#### Quadro 14: Deficit Orçamental das Propostas de Funcionamento

Preços Constantes 2008	Mts 10 <sup>3</sup>			
	OE 2008	2009	2010	2011
Projectão do Limite de Funcionamento	27.997.311	29.726.704	30.541.384	31.314.127
Proposta	27.810.332	65.512.809	63.522.228	106.284.717
Central	16.064.011	32.119.735	33.060.568	75.823.057
Províncias	11.746.320	33.393.073	30.461.660	30.461.660
<b>Deficit Orçamental</b>		<b>- 35.786.105</b>	<b>- 32.980.844</b>	<b>- 74.970.590</b>

Fonte: CFMP 2009-2011

84. Estas propostas permitiram visualizar o total de necessidades das instituições comparado com a evolução do envelope de recursos projectado no Quadro Macroeconómico. Dado que muitos dos saltos em relação a esta base careciam de fundamentação, e a falta de proposta de muitas outras UGBs, foi decidido projectar os limites com base no Orçamento 2008.

#### Factores de Ajustamento na Projectão de Limites de Funcionamento

85. O passo seguinte consistiu da efectivação de cenários projectando os prováveis acréscimos das necessidades para funcionamento. O quadro que segue, resume os factores que foram tomados em conta.

**Quadro 15: Factores de Ajustamento**

taxas de crescimento reais

	2009	2010	2011
Salários e Renunerações	5,5%	5,5%	5,5%
Outras Despesas com o Pessoal	0%	0%	0%
Bens e Serviços	0,5%	0,5%	0,5%
Demais Correntes	0%	0%	0%
Despesas de Capital	0%	0%	0%

*Fonte: CFMP 2009-11***Salários e Remunerações**

86. Está previsto que em termos reais o aumento salarial seja de 5,5% ao longo dos três anos. A razão da fixação é de uma forma optimista estar próxima do ritmo de crescimento económico, mas sem gerar grandes expectativas que podem não ser satisfeitas no caso do crescimento económico não vir a ser ao redor de 7% como tem vindo a ser.

**Bens e Serviços, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital**

87. A pressão que é prevista no orçamento devido às acções para fazer face à crise alimentar e acomodar a política monetária, faz com que se procure alternativas para garantir que o impacto nos sectores seja mínimo. Nesta ordem de ideias, olhando para as rubricas das despesas de funcionamento, pouco se pode fazer em termos de salários porque suscitaria o despedimento de pessoal, mas por outro lado, não considerar promoções e progressões nesta rubrica, resultaria num impacto social e económico negativo devido ao custo de vida crescente.

88. Por causa destes factos todos, limita-se o crescimento das despesas em bens e serviços por ser mais razoável o seu ajuste com impactos reduzidos do que se se fizesse nos salários e remunerações. Isto quer dizer, que é mais fácil reduzir as despesas de aquisição de papel e combustíveis do que por exemplo, de um ano para outro parar de pagar salário a funcionários numa instituição. Seguindo a mesma linha de pensamento, não se permitiu nenhum crescimento no que se refere as outras despesas correntes e as despesas de capital.

89. Dada a crescente subida do efectivo, conduzindo a um aumento nos salários e remunerações, persiste a necessidade de bens e serviços para fazer face a esta expansão física. Assim, a rubrica de bens e serviços registará um crescimento real de 0,5% ao longo do período.

### Evolução das Despesas de Funcionamento

90. O quadro que segue mostra o resumo da despesa de funcionamento por âmbito Central, Provincial e Distrital. O primeiro ano do CFMP 2009-11 apresenta os limites indicativos que servirão de base para a elaboração do Orçamento do Estado anual de 2009, enquanto os restantes anos servirão para alimentar a planificação futura.

91. A despesa de funcionamento a nível nacional do período 2009-2011, passará 29 mil milhões de Meticais, em 2008 para pouco mais de 32 mil milhões de Meticais, em 2009 e para 38 mil milhões de Meticais, em 2011, representando uma variação 9,0% ao longo do período.

### Quadro 16: Classificação Económica Global

Preços Correntes	Unidade 10 <sup>3</sup> Meticais				
	OE 2008	CFMP 2009	CFMP 2010	CFMP 2011	Variação Media
<b>Despesas Correntes</b>	<b>29.475.478</b>	<b>32.206.868</b>	<b>35.095.493</b>	<b>38.199.851</b>	<b>9,0%</b>
Despesas com o Pessoal	18.848.693	20.921.122	23.167.332	25.614.144	10,8%
Salários e Remunerações	17.615.265	19.618.372	21.795.600	24.172.240	11,1%
Outras Despesas com Pessoal	1.233.428	1.302.749	1.371.732	1.441.904	5,3%
Bens e Serviços	8.005.278	8.512.876	9.008.463	9.516.648	5,9%
Outras Desp. Correntes	2.236.021	2.366.015	2.491.299	2.618.744	5,4%
Despesas de Capital	385.486	406.855	428.399	450.314	5,3%

**Fonte: CFMP 2009-11**

92. A despesa com o pessoal representará um crescimento de 10,8%, o que é reflexo de um maior crescimento na rubrica de salários e remunerações. Entre os factores que ditam o crescimento desta rubrica destacam-se a integração de mais funcionários no aparelho do estado, com enfoque para as províncias de Nampula e Cabo Delgado. O sector de Educação, em 2008, registará um aumento do seu efectivo de professores em todo o País, o que resulta num aumento maior de despesa de salários para os anos seguintes.

**Despesas de Funcionamento por Território**

93. Os quadros que seguem mostram as projecções da despesa de funcionamento para o âmbito Central e Provincial e Distrital para o triénio 2009-2011. Como se pode depreender, o crescimento das despesas de correntes ao nível Central será de quase 8,4%, passando de 16 mil milhões de Meticais, em 2008 para 20,5 mil milhões de MT, em 2011.

**Quadro 17: Classificação Económica (Âmbito Central)**

Preços Correntes	Unidade 10 <sup>3</sup> Meticais				
	OE 2008	CFMP 2009	CFMP 2010	CFMP 2011	Varição Media
<b>Despesas Correntes</b>	<b>16.063.475</b>	<b>17.441.435</b>	<b>18.918.250</b>	<b>20.484.503</b>	<b>8,4%</b>
Despesas com o Pessoal	8.767.306	9.702.421	10.741.270	11.859.458	10,6%
Salários e Remunerações	7.897.983	8.783.960	9.774.175	10.842.890	11,1%
Outras Despesas com Pessoal	869.323	918.461	967.095	1.016.568	5,4%
Bens e Serviços	5.039.625	5.351.338	5.662.873	5.982.327	5,9%
Outras Despesas Correntes	2.024.641	2.142.917	2.256.388	2.371.816	5,4%
Despesas de Capital	231.903	244.758	257.719	270.903	5,3%

Fonte: CFMP 2009-11

94. O nível Provincial é o que apresenta uma variação maior para as despesas de funcionamento, na ordem de 10% entre 2008 e 2011, o que é consentâneo com os esforços do Governo no âmbito do processo de descentralização. Como se viu atrás, este crescimento deriva de uma maior admissão de novos professores no Sector de Educação. No geral, as Províncias de Nampula, Sofala, Cidade de Maputo e Zambézia são as que captarão maior nível de recursos no âmbito da descentralização.

**Quadro 18: Classificação Económica (Âmbito Provincial)**

Preços Correntes	Unidade 10 <sup>3</sup> Meticais				
	OE 2008	CFMP 2009	CFMP 2010	CFMP 2011	Varição Media
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.025.780</b>	<b>13.272.761</b>	<b>14.572.877</b>	<b>15.992.943</b>	<b>10,0%</b>
Despesas com o Pessoal	9.586.232	10.670.933	11.821.334	13.088.022	10,9%
Salários e Remunerações	9.283.769	10.351.702	11.485.200	12.734.692	11,1%
Outras Despesas com Pessoal	302.464	319.231	336.134	353.330	5,3%
Bens e Serviços	2.124.131	2.268.926	2.401.014	2.536.460	6,1%
Outras Desp. Correntes	179.270	189.208	199.227	209.418	5,3%
Despesas de Capital	136.147	143.694	151.303	159.043	5,3%

Fonte: CFMP 2009-11

95. Já para o nível dos Distritos a variação real média das despesas de funcionamento será de 7,5%, passando neste caso de 1,4 mil milhões, em 2008 para 1,7 mil milhões de MT, em 2011.

### Quadro 19: Classificação Económica (Âmbito Distrital)

Preços Correntes	Unidade 10 <sup>3</sup> Meticais				
	OE 2008	CFMP 2009	CFMP 2010	CFMP 2011	Variação Media
<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.386.222</b>	<b>1.492.673</b>	<b>1.604.366</b>	<b>1.722.405</b>	<b>7,5%</b>
Despesas com o Pessoal	495.154	547.768	604.728	666.665	10,4%
Salários e Remunerações	433.514	482.710	536.225	594.657	11,1%
Outras Despesas com Pessoal	61.641	65.058	68.503	72.007	5,3%
Bens e Serviços	841.522	892.612	944.576	997.861	5,8%
Outras Desp. Correntes	32.110	33.890	35.685	37.510	5,3%
Despesas de Capital	17.436	18.403	19.377	20.369	5,3%

Fonte: CFMP 2009-11

### Despesas de Funcionamento por Sector

96. Os sectores que absorverão maiores recursos do Estado são os Ministérios do Interior, Defesa Nacional, Educação e Saúde.

97. A nível provincial, a Educação e Saúde são os sectores que mais absorveram recursos, registando um crescimento, em 2009 face a 2008, de 5% e 4%, respectivamente.

#### 6.1.2 Despesas de Investimento

98. Esta secção apresenta o procedimento seguido para a projecção dos recursos internos para investimento e as consequências sectoriais e territoriais. Os sectores elaboraram a sua planificação de médio prazo congregando os projectos de investimento<sup>1</sup> planificados para os próximos três anos organizados por programas.

99. Deste processo, apurou-se um total de 186 programas alguns dos quais tinham subprogramas. Neste CFMP a projecção da despesa na abordagem programática só foi possível de concretizar

<sup>1</sup> Por ainda serem os primeiros anos da abordagem de orçamentação por programa e para detectar aspectos para melhoria futura, o CFMP 2009-2011 ainda só aplica esta abordagem para as despesas de investimento, mas em 2010 esta maneira de planificar as actividades será efectiva abrangendo também as despesas de funcionamento e a também ao nível província.

para os Sectores de nível Central. O quadro que segue mostra como foram distribuídos os programas pelos Pilares do PARPA e Objectivos do PQG.

#### Quadro 20: Resumo de Programas

PQG	PARPA	Número de Programas
Redução dos níveis de pobreza absoluta	Capital Humano	63
Desenvolvimento Económico e Social	Desenvolvimento Económico	68
Combate a corrupção, ao burocratismo e a criminalidade	Governança	32
Valorização e promoção da Cultura de Trabalho, Zelo, Honestidade e Prestação de Contas		1
Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional		15
Consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia		7

100. Até muito recentemente, a planificação e a afectação de recursos correspondente têm seguido uma abordagem que se baseia em olhar com maior atenção às acções confinadas nos sectores prioritários. Com o emergir da orçamentação por programa, já se inicia uma remodelação da actual abordagem, e afere-se que nalguns dos casos mesmo entre os sectores considerados prioritários nem todas as acções deveriam ser alvo de especial atenção enquanto nos sectores considerados não prioritários possam existir acções com um grande potencial de contribuir para o alcance da agenda do Governo mas são muitas das vezes esquecidas como corolário da abordagem sectorial.

101. Por ser a primeira vez que se preparou o CFMP ao nível das Províncias, a avaliação das propostas provinciais ainda segue a abordagem tradicional que foi segundo a classificação económica. Os procedimentos usados para a afectação do orçamento de investimento para as Províncias tomam como ponto de partida o Orçamento do Estado 2008. O procedimento toma em conta a diferenças populacionais e o esforço empreendido visa que ao fim do triénio as disparidades de despesa de investimento *per capita* entre as províncias seja reduzido, pelo menos no que concerne aos recursos internos.

102. A descentralização é outra prioridade que é considerada no CFMP 2009-11. Porém, este deve ser um processo gradual por forma a não sobrecarregar as administrações provinciais mas que permita uma maior autonomia e controlo de recursos. Desta maneira, uma descentralização de recursos centrais é projectada para 2011 o que implicará um aumento do envelope provincial de investimento na ordem de 12%.

### Categorização dos programas de Investimento do Governo

103. Os 186 programas de investimento foram subdivididos em quatro categorias a saber: prioritários, económicos, de soberania e outros. Foram considerados **chave**<sup>2</sup>, os programas que derivam das áreas chave de acção do Governo, e figuram de forma visível no PARPA como sendo as principais vias através das quais se pretende ver realizada a agenda de redução da pobreza absoluta através de ritmos sustentáveis de crescimento económico.

104. Na categoria dos programas prioritários, foram identificados doze como tendo elevada importância estratégica:

#### Quadro 21: Lista de Programas Prioritários no Topo da Lista

Designação do Programa	Objectivo do Programa
AGR02 - Produção Agrária	Aumentar a produtividade e produção agrária
MDE03 - Electrificação Rural - Alívio a Pobreza	Melhoria do acesso da população rural visando o melhor aproveitamento dos recursos energéticos disponíveis
MDI02 - Combate a criminalidade	Reforçar a Prevenção e combate a criminalidade
MEC02 - Ensino Primário	Universalizar e melhorar o Ensino Primário no País
MEC06 - Formação de professores	Aumentar a capacidade de formação e melhorar a qualidade da formação de professores
MOP04 - Manutenção de Estradas e Pontes	Melhorar a transitividade (par. 570)
MOP05 - Construção e Reabilitação de Estradas e Pontes	Melhorar a transitividade (par. 570)
MOP08 - Abastecimento de Água e Saneamento	Aumentar o acesso da população à água potável e serviços de Saneamento (par.455)
MPD02 - Desenvolvimento rural	Aumentar a competitividade e a acumulação da economia rural (par. 237)
SAU02 - Programa de promoção e prevenção das doenças	Expansão da promoção de saúde e prevenção das doenças
SAU03 - Programa Curativo de doenças	Melhorar a qualidade dos cuidados
SAU04 - Programa de desenvolvimento das infra-estruturas	Expandir e re-funcionalizar as infra-estruturas
SAU05 - Programa de desenvolvimento dos recursos humanos	Expandir e capacitar os recursos humanos

105. Para reduzir a pobreza a economia necessita de gerar recursos de forma sustentável. Neste exercício do CFMP foi criada a categoria de programas **económicos**, para de forma estratégica serem objecto de atenção dado o seu potencial de gerar recursos para a economia. Apesar de se reconhecer que na categoria de programas chave já existem os de carácter económico, existem outros que muitas vezes são ofuscados, como resultado da priorização tradicional, mas estão

<sup>2</sup> Por vezes designados de prioritários.

envoltos de um potencial de gerar recursos e cujo potencial deveria ser repensado e explorado. Para além disso, para um País onde a dependência externa ainda tem uma influência considerável para disponibilização de recursos públicos, há que considerar de forma mais agressiva os programas geradores de rendimentos.

106. Alguns programas de **soberania** foram criados para valorizar as actividades de investimento de sectores que pela sua natureza não beneficiam de recursos provenientes de financiamento externo. Exemplos destes programas são: o apoio às embaixadas de Moçambique no exterior, Defesa e Segurança, da Presidência da República e da Assembleia da República também se enquadram nesta categoria de programas.

107. Os **outros** programas são os restantes que não são inclusos nas categorias acima mencionadas e são agrupados desta forma dada a sua relativa menor importância na materialização da agenda do Governo. Estes são os programas que não são indispensáveis para a redução da pobreza e crescimento económico, embora a sua materialização favoreça os programas das outras três categorias acima mencionados considerados importantes. Nesta categoria, se encontra principalmente os programas de apoio institucional na qual se prevê a reabilitação e apetrechamentos de edifícios, formações de rotina dos funcionários das instituições, etc. Enfim, estes são os programas que de forma menos directa contribuem para a redução da pobreza.

#### ***Despesas de Investimento no âmbito Central***

108. Depois da categorização dos programas, vários cenários foram ensaiados usando como factor variável a distribuição de recursos entre as quatro categorias. O desafio neste exercício foi o de maximizar os recursos atribuídos aos programas prioritários, económicos e de soberania, sem causar um desequilíbrio nos outros programas e por forma a que os projectos em curso não fossem interrompidos por falta de afectação.

109. Analisando a projecção para as despesas de investimento interno ao nível central, o quadro que segue mostra que para 2009, o valor da proposta dos sectores para os projectos em curso era aproximadamente o dobro do envelope total disponível para investimento sem incluir as despesas adicionais para a construção de silos e os custos da política monetária que representam em conjunto 10% do envelope disponível para investimento interno em 2009, e 30% em 2010 e 2011.

**Quadro 22: Défice Orçamental dos Programas Centrais.**

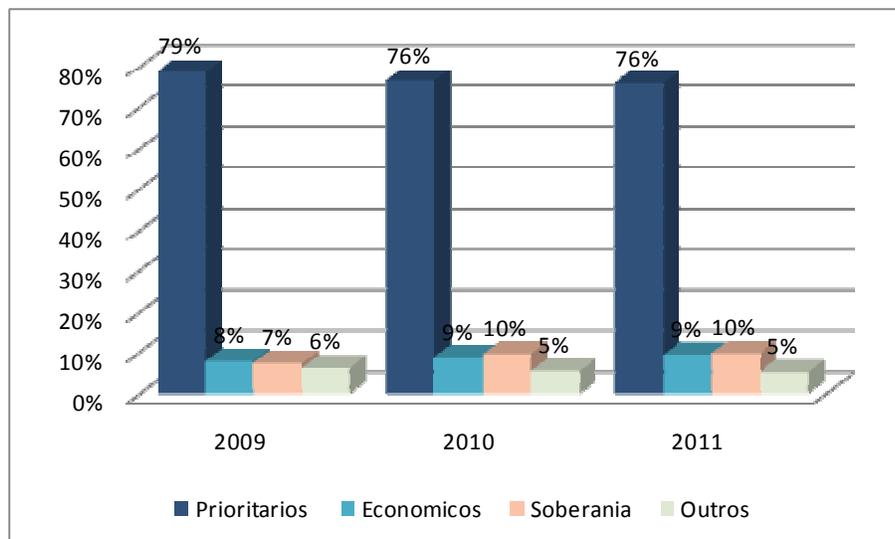
	Mts 10 <sup>3</sup>			
	2008 OE	2009	2010	2011
Envelope Disponível para Investimento Interno	7.424.219	7.646.946	8.258.702	9.084.572
Total das Propostas dos Sectores		17.236.136	17.695.820	16.548.640
Total dos Projectos em curso		14.256.772	11.564.065	10.667.985
Total do projectos novos		2.979.364	6.131.755	5.880.655
<b>Deficit Orçamental</b>		<b>- 9.589.190</b>	<b>- 9.437.118</b>	<b>- 7.464.069</b>

110. Este panorama em parte elucida que alguns dos sectores projectaram despesas para investimento cujo crescimento real em comparação a 2008 estava sobreavaliado. Todavia em muitos destes casos, este crescimento não foi acompanhado de uma fundamentação e estes foram os programas onde se ajustou a despesa para os níveis de 2008 para obter uma visão mais realista. Os vários cenários foram produzidos variando a afectação do envelope entre os programas prioritários, económicos, de soberania e outros. Desta maneira os valores projectados dos programas foram ajustados por forma a que fossem acomodados pelo envelope disponível.

111. Os limites para as despesas de investimento foram ajustados olhando os programas dentro de um sector. O tratamento que cada sector recebeu e os pontos que foram considerados estão resumidos no Anexo 6. Deste ponto de vista, os limites produzidos pelo CFMP reflectem os compromissos feitos pelo Governo mas também a visão estratégica em termos do tipo de programa aos quais os recursos internos foram direccionados.

112. O resultado desta afectação em termos agregados mantém a proporção de recursos alocados aos programas prioritários acima de 75% e redistribui recursos dos outros programas aos económicos e de soberania e o resultado pode ser observado no gráfico que se segue.

**Gráfico 3: Distribuição de Recursos Internos entre as Quatro Categorias de Programas Centrais 2009-11**



Fonte: CFMP 2009-2011.

113. Para melhor se ter uma visão das implicações da distribuição de recursos é importante olhar para os programas em particular e a tendência de despesa que esta afectação implica. Entre os programas prioritários, uma grande parte das despesas é absorvida pelos programas de estradas que em 2009 representa 69% dos recursos para programas prioritários e a construção de Silos. À educação primária e a técnico-profissional; formação de professores e ensino superior são alocados limites de despesas de investimento relativamente altos. No Sector da Saúde o programa curativo e o desenvolvimento de infra-estruturas também beneficiam de um crescimento sustentado durante os três anos.

114. Os sectores como Turismo, Industria e Comércio e Recursos Minerais são beneficiados por terem programas económicos. No caso de Turismo programas como o Mundial de Futebol 2010, turismo ambiental e cultural contribuem para que o sector receba um 16,5% mais de investimento em 2009 do que em 2008.

115. Finalmente dentro dos programas de Soberania destacam-se programas como a construção e reabilitação de paíóis pelo sector da defesa, tranquilidade pública do Ministério do Interior e o apoio às embaixadas pelo sector de Negócios Estrangeiros que mantêm um valor significativo durante os três anos.

## Despesas de Investimento no âmbito Provincial

116. A informação produzida pelas províncias não permite que se use a mesma metodologia de afectação de recursos para as despesas de investimento utilizada no âmbito central<sup>3</sup>. A projecção das despesas de investimento nas províncias foi feita usando como base a informação disponível no Orçamento 2008.

117. O procedimento utilizado começa por determinar as percentagens do envelope total a atribuir aos Sectores de Educação e Saúde que foram fixados em 20% e 10% respectivamente (sem incluir Universidades ou Hospitais que são tratados de forma separada<sup>4</sup>). Para os outros sectores o procedimento para alocação de recursos para investimento foi incremental.

118. Com o envelope total distribuído para os Sectores de Educação e Saúde calcula-se o limite para cada Província proporcionalmente à população desta. Por exemplo Nampula com uma população de pouco mais de 4 milhões de habitantes representa 20% da população de Moçambique recebendo desta forma 20% do envelope de despesas de investimento para estes sectores. Assim, a despesa *per capita* é direccionada para as áreas prioritárias mas tem também em conta as diferentes necessidades territoriais.

119. Nos outros sectores as taxas de crescimento são resumidas a seguir. Agricultura e Obras Públicas e Habitação são imprescindíveis para a redução da pobreza e por isso estas áreas foram atribuídas taxas de crescimento mais elevadas. Indústria e Comercio, Turismo, Recursos Minerais e Transportes e Comunicações também foram priorizados por terem sido consideradas importantes para dinamizar a Economia. O resultado dos Limites por Província está resumido no Anexo 3.

### Quadro 23: Taxas de Crescimento Real Usadas para Projecção de Limites de Investimento Interno nas Províncias

Taxas de Crescimento	2009	2010	2011
Agricultura	1%	5%	9%
Obras Públicas e Habitação	1%	5%	9%
Industria e Comercio, Turismo, Recursos Minerais, e Transportes e Comunicações	1%	4%	6%
Outros	1%	2%	3%

<sup>3</sup> Em alguns dos casos as Províncias conseguiram organizar os seus projectos em programas mas em cerca de metade, a informação ou não foi recebida no formato requerido ou apresentava grandes lacunas.

<sup>4</sup> Como estas instituições não existem em todas as Províncias, uma projecção incremental é feita e reduzido do envelope total para dar um envelope disponível a ser distribuído entre os outros sectores. O mesmo exercício é feito com os Centros de Desenvolvimento Sustentável e os Centros Regionais de Ciência e Tecnologia.

***Despesas de Investimento no âmbito Distrital***

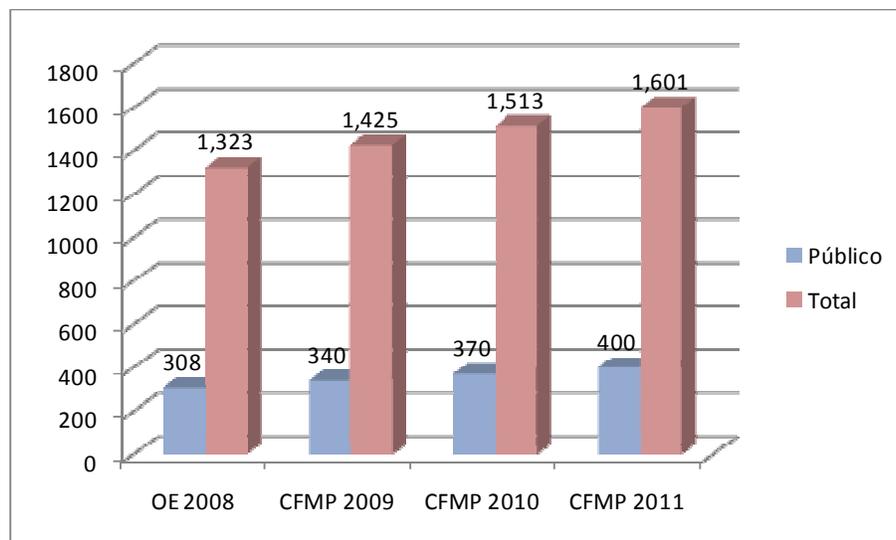
120. O Gráfico 4 que segue mostra a afectação de médio prazo para o Orçamento de Investimento ao nível dos Distritos (o quadro detalhado se encontra em anexo e esta tabela mostra o global para os Distritos da Província e já a correntes). Para a projecção das despesas de investimento distrital, considera-se um crescimento real do valor distribuível que neste caso se refere à alocação distrital para o investimento público (infra-estruturas distritais).

121. Na preparação do OE 2008, cada Distrito recebeu um total de 2,35 milhões de MT para as despesas de Investimento Público e 7 Milhões de MT para actividades de produção de comida e geração de rendimento<sup>5</sup>. Neste exercício do CFMP, para todos os Distritos acresceu-se 10,2% do global a distribuir para o Investimento Público do qual resulta que todos os Distritos receberiam pouco mais de 2,5 milhões de Meticais. Neste sentido, o valor total para as despesas de investimento para cada um dos Distritos em 2009 resulta da soma do que é afectado para o Investimento Público para este ano e o valor afectado em 2008 para as actividades de geração de rendimento.

122. Para os restantes anos e tendo em referência os preços de 2008, considera-se um crescimento de 6,2 % e 5,8% respectivamente para 2010 e 2011. Os resultados mostram que o total a afectar aos distritos para as despesas de investimento cresce de 1,32 mil milhões em 2008 para 1,43 mil milhões MT em 2009; 1,51 e 1,60 mil milhões MT respectivamente para os dois anos seguintes.

---

<sup>5</sup> Refira-se ainda que esse valor referente às actividades de geração de rendimentos se mantém constante para os três anos em relação a afectação de 2008. Os critérios utilizados para a afectação destes recursos foram: números de habitantes com peso de 35%; índice de pobreza (30%) ; extensão territorial (20%) e nível de geração de receitas com o peso de 15%.

**Gráfico 4: Despesas de Investimento Distrital**

Fonte: CFMP 2009-11

## 6.2 Cenário 2: inclusão de uma das opções da reforma salarial

123. Neste cenário faz-se a projecção de despesa incluindo uma das opções da reforma salarial. As diferentes opções da reforma salarial ainda estão a ser objecto de análise. No entanto, neste cenário foi escolhida a opção que resulta num custo adicional de 1,714 mil Meticalas por ano no orçamento de funcionamento.

## 6.3 Cenário 3: acomodação de parte das necessidades do Plano de Acção de Produção Alimentos

124. Este cenário é a outra variação do cenário base que inclui o custeamento do plano de acção da produção de alimentos (em 10%, assumindo que o restante montante para este plano será financiado através de recursos externos). O custo da operacionalização do Plano de Acção de Produção de Alimentos<sup>6</sup> para os próximos três anos, através do qual se pretende minimizar o efeito da crise alimentar, encontra-se no Quadro que se segue:

<sup>6</sup> Este Plano engloba actividades multi-sectoriais que visam essencialmente o aumento da produção e produtividade de determinadas culturas, o apoio à piscicultura, armazenamento e criação de reservas alimentares.

**Quadro 25. Orçamento Proposto para o Plano de Acção de Produção de Alimentos**

preços correntes	10 <sup>3</sup> MTs		
	2009	2010	2011
<b>Orçamento do Plano</b>	2.209.734	3.185.061	3.575.484
Agricultura	1.184.206	2.156.031	2.718.666
MIC sem Reserva Alimentar	929.500	912.800	578.500
Pescas	96.027	116.230	278.318

*Fonte: Plano de Acção da Produção de Alimentos 2008-2011*

125. O Quadro que segue mostra o impacto dos cenários alternativos no investimento em comparação ao que foi aprovado para 2008 na mesma rubrica. Como se pode constatar, a redução do investimento na componente interna é maior com a inclusão da opção da reforma comparativamente ao da acomodação do Plano de Acção da Produção de Alimentos. Um quarto cenário é proposto de seguida, conjugando os dois cenários acima.

## Quadro 26. Impacto dos diferentes cenários no Orçamento de Investimento

Sector	Preços Correntes 2008 OE	2009 Valor do Investimento Interno				Variação com 2008			
		Cen 1	Cen 2	Cen 3	Cen 4	Cen 1	Cen 2	Cen 3	Cen 4
		Presidência da República	141.844	139.095	114.523	135.969	102.022	-2%	-19%
Gabinete do Primeiro Ministro	11.000	9.495	7.818	9.282	6.964	-14%	-29%	-16%	-37%
<i>Outras UGBs tutelada ou subordinadas pelo Gabinete do Primeiro Ministro</i>	269.094	319.237	262.841	312.062	234.152	19%	-2%	16%	-13%
Assembleia da República	14.000	14.770	12.161	14.438	10.833	6%	-13%	3%	-23%
Conselho Constitucional	5.470	5.771	4.751	5.641	4.233	5%	-13%	3%	-23%
Tribunal Supremo	25.928	27.354	22.522	26.740	20.064	5%	-13%	3%	-23%
Tribunal Administrativo	39.500	41.673	34.311	40.736	30.566	6%	-13%	3%	-23%
Procuradoria Geral da República	10.090	10.645	8.764	10.406	7.808	5%	-13%	3%	-23%
Ministério da Defesa Nacional	271.487	288.609	237.623	282.121	211.686	6%	-12%	4%	-22%
Ministério do Interior	107.241	111.643	91.920	109.134	81.697	4%	-14%	2%	-24%
Serviço de Informação e Segurança do Estado	23.440	24.729	20.361	24.173	18.138	5%	-13%	3%	-23%
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	60.703	66.927	55.104	65.425	49.076	10%	-9%	8%	-19%
Ministério da Justiça	75.167	89.830	73.960	87.811	65.888	20%	-2%	17%	-12%
Ministério da Função Pública	27.535	29.714	24.465	29.046	21.794	8%	-11%	5%	-21%
Ministério da Administração Estatal	111.769	125.619	103.427	122.796	92.138	12%	-7%	10%	-18%
Ministério da Planificação e do Desenvolvimento	109.379	142.591	117.401	139.386	104.586	30%	7%	27%	-4%
Ministério das Finanças	318.075	335.569	276.288	328.026	246.130	5%	-13%	3%	-23%
Ministério do Turismo	82.730	95.773	78.854	93.620	70.247	16%	-5%	13%	-15%
Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental	59.984	62.245	51.249	60.846	45.655	4%	-15%	1%	-24%
Ministério da Agricultura	226.263	260.656	214.609	379.731	316.117	15%	-5%	68%	40%
Ministério das Pescas	158.442	164.706	135.609	171.135	130.938	4%	-14%	8%	-17%
Ministério dos Recursos Minerais	34.965	53.087	43.709	51.894	38.938	52%	25%	48%	11%
Ministério da Energia	390.536	531.910	437.943	519.954	390.141	36%	12%	33%	0%
Ministério da Indústria e Comércio	16.500	39.962	32.902	137.209	126.667	142%	99%	732%	668%
Ministério do Trabalho	72.124	70.348	57.920	68.767	51.598	-2%	-20%	-5%	-28%
Ministério dos Transportes e Comunicações	185.830	102.358	84.276	100.057	75.077	-45%	-55%	-46%	-60%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	3.815.929	4.053.841	3.320.814	3.962.721	2.958.339	6%	-13%	4%	-22%
Ministério da Educação e Cultura	474.082	402.600	331.477	393.550	263.646	-15%	-30%	-17%	-44%
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.303	4.913	4.045	4.803	3.604	113%	76%	109%	57%
Ministério da Saúde	156.833	198.493	163.427	194.031	145.589	27%	4%	24%	-7%
Ministério da Juventude e Desportos	77.300	36.579	30.117	35.757	26.830	-53%	-61%	-54%	-65%
Ministério para os Assuntos dos Antigos Combatentes	25.875	27.298	22.476	26.685	20.022	6%	-13%	3%	-23%
Ministério da Mulher e da Acção Social	20.000	33.591	27.657	32.836	24.638	68%	38%	64%	23%

Fonte: CFMP 2009-11

#### **6.4 Cenário 4: acomodação de parte do Plano de Produção de Alimentos e a opção da reforma salarial**

126. Os dois cenários anteriores, 2 e 3, mostraram separadamente o impacto no investimento como efeito da acomodação de parte do Plano de Acção da Produção de Alimentos e uma das opções da reforma salarial separadamente. O cenário 4 determina o efeito da inclusão destes dois novos desafios em simultâneo para as despesas de investimento.

127. Tanto neste assim como nos cenários 2 e 3 anteriores, foi incluída a necessidade de custear a estabilização macroeconómica através da política monetária. Através da política monetária, pretende-se garantir a estabilização do índice geral dos preços domésticos em torno de um dígito e a manutenção de um saldo de reservas internacionais líquidas que aumente a habilidade do País relaxar os choques externos. O custo desta estabilização a iniciar em 2010 está estimado em 1,86 mil milhões de Meticais anuais.

## 6.4 Resumo de Despesas totais

128. O Quadro a seguir mostra o total das despesas de funcionamento e investimento por âmbito territorial.

**Quadro. 27. Despesa por âmbito territorial**

10<sup>^3</sup> MTs

Sector	OE 2008 Total	CFMP 2009		CFMP 2010		CFMP 2011	
		Cenário 1 Total	Cenário 4 Total	Cenário 1 Total	Cenário 4 Total	Cenário 1 Total	Cenário 4 Total
<b>Central</b>	<b>23.358.130</b>	<b>25.036.652</b>	<b>23.302.345</b>	<b>27.431.959</b>	<b>22.025.607</b>	<b>29.918.613</b>	<b>24.539.787</b>
<b>Provincias</b>	<b>13.320.389</b>	<b>14.929.965</b>	<b>14.929.965</b>	<b>16.371.662</b>	<b>16.371.662</b>	<b>18.028.467</b>	<b>18.028.467</b>
Cabo Delgado	1.387.366	1.497.688	1.497.688	1.628.151	1.628.151	1.794.911	1.794.911
Gaza	974.961	1.067.586	1.067.586	1.175.317	1.175.317	1.294.486	1.294.486
Inhambane	927.124	1.034.632	1.034.632	1.135.992	1.135.992	1.247.766	1.247.766
Manica	870.970	1.086.563	1.086.563	1.185.277	1.185.277	1.302.421	1.302.421
Maputo Cidade	1.297.075	1.449.814	1.449.814	1.590.249	1.590.249	1.743.354	1.743.354
Maputo Província	1.122.567	1.277.839	1.277.839	1.404.496	1.404.496	1.546.046	1.546.046
Nampula	1.795.885	1.950.329	1.950.329	2.143.717	2.143.717	2.358.116	2.358.116
Niassa	885.778	959.746	959.746	1.051.813	1.051.813	1.157.817	1.157.817
Sofala	1.536.076	1.707.644	1.707.644	1.869.387	1.869.387	2.065.195	2.065.195
Tete	1.120.395	1.218.169	1.218.169	1.335.332	1.335.332	1.468.016	1.468.016
Zambézia	1.402.193	1.679.956	1.709.956	1.851.930	1.871.930	2.050.340	2.066.340
<b>Distritos</b>	<b>2.729.883</b>	<b>2.924.153</b>	<b>2.924.153</b>	<b>3.124.997</b>	<b>3.124.997</b>	<b>3.331.623</b>	<b>3.331.623</b>
Niassa	230.993	247.077	247.077	264.172	264.172	281.711	281.711
Cabo Delgado	340.379	363.588	363.588	388.125	388.125	413.316	413.316
Nampula	473.962	507.049	507.049	542.081	542.081	578.225	578.225
Zambézia	376.879	402.612	402.612	429.815	429.815	457.761	457.761
Tete	234.262	250.813	250.813	268.393	268.393	286.518	286.518
Manica	169.324	181.439	181.439	194.327	194.327	207.631	207.631
Sofala	277.654	297.567	297.567	318.719	318.719	340.606	340.606
Inhambane	231.911	247.240	247.240	263.420	263.420	279.924	279.924
Gaza	198.844	212.378	212.378	226.706	226.706	241.387	241.387
Maputo Província	181.675	194.515	194.515	208.120	208.120	222.180	222.180
Maputo Cidade	14.000	19.877	19.877	21.119	21.119	22.362	22.362
<b>Autarquias</b>	<b>697.912</b>	<b>1.069.680</b>	<b>1.069.680</b>	<b>1.650.347</b>	<b>1.650.347</b>	<b>1.829.716</b>	<b>1.829.716</b>
<b>Novos Desafios</b>		-	<b>1.934.873</b>	-	<b>5.752.406</b>	-	<b>5.791.448</b>

Fonte: CFMP 2009-2011